

MAQUIAVEL E A “GUERRA JUSTA” CONTRA O TERROR

DISNEY ROSSETI

ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA - BRASIL



RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a questão da denominada “Guerra ao Terrorismo” sob a ótica da doutrina das “Guerras Justas”, analisando este conceito através da história e sua formulação contemporânea, especialmente sua aplicação no combate ao terrorismo. A seguir serão descritas as críticas feitas a este conceito e sua aplicação na doutrina da “Guerra ao Terror”, demonstrando que tal teorização for efetivamente aplicada ela acabaria por legitimar muitos dos atos terroristas, além de conferir uma feição de terrorismo a atos legitimados por tais doutrinas. Finalmente se analisará o tema na ótica de Maquiavel, demonstrando que a justificativa para a “Guerra ao Terror”, nos moldes em que ela vem sendo travada, se alinha a uma justificativa maquiavélica.

PALAVRAS CHAVE: Guerras Justas. Guerra ao Terror. Maquiavel. Justificativa.

INTRODUÇÃO

Tema que vem ganhando cada vez mais importância na atualidade, especialmente após o nefasto evento de 11 de setembro de 2001, que ceifou mais de três mil vidas inocente, ocasião em que Osama Bin Laden e os terroristas da *Al Qaeda* infringiram um duro golpe na nação norte-americana, o conceito de “Guerras Justas” passa essencialmente por uma análise ética e moral da própria guerra e das ações que as permeiam. Tal fato traz uma questão inquietante, do que poderia ser considerado justo.

Muito embora o conceito de “Guerras Justas” seja antigo¹, o que demonstra a preocupação humana em explicar ou justificar moralmente a guerra, uma intervenção militar de um Estado em outro, que custará inevi-

1 Sua origem remonta até mesmo ao período greco-romano, passando por justificativas laicas e religiosas, especialmente católicas, como se verá.

tavelmente vidas humanas civis, além dos custos materiais, fato é que sempre existiu e existirá uma tentativa de se abarcar moralmente e eticamente tais ações, justificando-as.

Com o atentado de 11/09 ao *World Trade Center* inicia-se a denominada "Guerra ao Terror", mudando radicalmente elementos e conceitos fundamentais da guerra como então a conhecíamos, de um Estado contra outro, com territórios definidos, exércitos conhecidos e que possuíam "faces", "rostos", iniciadas normalmente por agressões armadas contra um país, que se defendia, ou por intento imperialista, enfim, por fatores clássicos e mais que conhecidos da política internacional.

Temos agora um inimigo difuso, desconhecido, sem "face", que pode habitar qualquer território, mesmo o nosso, movido por ideais e concepções que estão longe de serem compreendidas pela cultura ocidental. Não há exércitos nem sítios específicos para se invadir², a estratégia militar muda completamente.

Neste cenário somente não se altera a complexa equação do que se convencionou chamar de "Guerra Justa", agora tendo que ser desenvolvido num quadro extremamente complexo, numa guerra cuja definição de "batalha" desafia o mais experimentado analista estratégico e militar. E o pior, não se sabe bem aonde e nem quando começou e não apresenta o menor sinal de qual será seu horizonte temporal.

O recente episódio da operação que culminou com a morte do terrorista Osama Bin Laden³, no Paquistão, talvez seja um dos grandes atos, ao lado até mesmo do atentado que o colocou em evidência dez anos antes, de uma guerra que carece de premissas éticas e morais para fundamentá-la.

Para o grande público a principal preocupação foi onde estava o corpo do terrorista, por quê ele não foi exibido, qual a prova cabal de sua eliminação. Seguiu-se uma grande euforia e comemoração nos Estados Unidos da América, até surgirem os naturais questionamentos sobre a soberania do Paquistão, questões de direito internacional, protocolos da ONU que deveriam ou não ser seguidos, se ele deveria ter sido morto ou capturado com vida, enfim, vários questionamentos da própria legitimidade de tal ação, embora

2 A malfadada invasão do Iraque um ano após o 11/09 comprova isto. Uma vez que não alterou a situação na região do oriente médio tal como pretendia o governo norte-americano.

3 Bin Laden foi morto na noite do dia 01 de maio de 2011 por forças especiais norte-americanas no após ter sido localizado no Paquistão.

todos concordemos que o terror deve ser combatido e que Bin Laden e seu grupo extremista estão longe da obediência de qualquer regra desta natureza, sendo em última análise criminosos cruéis.

O mais triste neste recente e marcante fato da história contemporânea é que a morte de Osama Bin Laden tende a aumentar ódios já extremamente arraigados, recrudescer ainda mais ideologias deturpadas, e certamente levar a outros atos que custarão o sangue de civis inocentes e violações de toda sorte de direitos.

Como se pretende demonstrar, a conceituação de “Guerras Justas” que conferem, ao menos em tese, legitimidade a ações desta natureza, esta muito longe de justificá-las, e pior, olvida-se do denominado popularmente “outro lado da moeda”, que pode se utilizar dos mesmos argumentos.

Pelos argumentos de “Guerras Justas” têm sido violados direitos e garantias caríssimas ao mundo ocidental⁴.

Sem defender as idéias ou adotá-las, finalmente se concluirá que o gênio incontestável e mais que controverso de Maquiavel oferece as adequadas explicações para tais atos, pelo simples fato de ser o filósofo do realismo, pragmático e ultra-utilitarista, justamente por prescindir de qualquer tipo de fundamentação moral ou ética, algo que ultrapassa fronteiras e culturas e que esta fortemente impregnado na cultura norte-americana.

2. O CONCEITO DE GUERRAS JUSTAS E O TERRORISMO.

Apesar de tal conceito estar amplamente em voga após o atentado terrorista de 11/09, existem resquícios e mesmo conceitos muito bem definidos há séculos na história da humanidade. Longe de pretender estabelecer um histórico acerca deste conceito, vale analisar alguns pontos de referências sobre o mesmo, a exemplo do grande orador e historiador romano Cícero, que já na Roma antiga desenvolveu este conceito.

Segundo o historiador Breno Sebastiani, da Universidade de São Paulo, Roma experimentou um processo de expansão territorial e eco-

⁴ Basta ver o *Patriot Act*, do Congresso Norte-Americano, através do qual foram e estão sendo praticadas violações gravíssimas de direitos fundamentais nos EUA, contra cidadãos americanos, inclusive, como monitoramento telefônico, prisões para averiguações, buscas e apreensões sem ordem judicial, bastando a justificativa de suspeitas de ligações com o terrorismo.

nômica sem precedentes a partir do séc. III a.C., processo caracterizado claramente pelo conceito moderno de imperialismo⁵, o que se consumou com a segunda guerra púnica (SEBASTIANI, 2003, p. 3). Passou então Roma a lógica de que a guerra era o combustível para o poder, numa relação de mútua nutrição entre guerra e poder; o prestígio político derivava da guerra, colocando seu general bem sucedido em posição política favorável, assim como para se fazer guerra se necessitava de prestígio político para aprovar recursos e autorizá-las (SEBASTIANI, 2003, p. 3).

Desde Roma, entretanto, havia a necessidade de se justificar uma guerra, seja para com as divindades, seja para com os próprios cidadãos. Não se saía para a guerra sem uma justificativa ou sem forjá-la, devendo a guerra ser justa, ou a *bellum justum piumque*, que exigia inicialmente uma violação a um tratado ou uma agressão a Roma ou um aliado. Com César este conceito foi transmutado para questões internas, justificando sua reestruturação do Estado e recondução ao bom caminho das legiões de Pompeu (*ibidem*, p. 08), manipulando tais conceitos ardilmente a seu favor. E tais ardis foram repetidos inúmeras vezes na história...⁶

Na idade média a igreja católica, preocupada em encontrar uma justificativa para as guerras, tratou do tema. Santo Agostinho escreveu (2000, p. 161) que a guerra somente seria justa observando-se o seguinte:

1. A intenção deverá ser sempre a de restabelecer a paz;
2. O objetivo deverá ser sempre o de restabelecer a justiça;
3. A guerra deve ser acompanhada de uma disposição interior de amor cristão entre as partes;
4. A guerra só deve ser empreendida sob a autoridade de um soberano legítimo;
5. A conduta da guerra deve ser justa.

5 Segundo a Wikipédia, imperialismo é a política de expansão e domínio territorial, cultural e econômico de uma nação sobre outras.

6 Vide o embuste de George Bush para invadir o Iraque em 2002, que consistiu em afirmar a existência de fábricas produzindo armas químicas, o que o próprio governo americano afirmou, posteriormente, ser um "erro" da CIA.

Também São Tomaz de Aquino (1998, p. 40) tratou do tema, estabelecendo que uma guerra somente é justa se decretada pelo príncipe que tenha autoridade para tanto, por uma causa justa e perseguindo a paz.

Porém, é no séc. XX que tal conceituação toma maior importância, isto pela ocorrência de duas guerras mundiais e o aparecimento de armas de destruição em massa. Paralelamente surgem as entidades supranacionais que tentam “regrar” e estabelecer a justiça das guerras. Assim, a Organização das Nações Unidas em sua Carta da ONU prevê procedimentos para se evitar a guerra e mesmo tomar medidas bélicas preventivas através de seu Conselho de Segurança, sendo calcada tal carta na preservação da paz, admitindo a guerra preventiva e mantendo largamente o conceito de legítima defesa de um país indevidamente agredido.

Percebe-se que desde o início da teoria das “Guerras Justas” existem certos elementos recorrentes, como o direito de revidar uma agressão injusta ou defender-se desta agressão, a ruptura de pactos ou tratados, enfim, algo que atualmente pode fazer com que a própria ONU autorize ou legitime uma guerra (ONU, 2011).

O grande teórico atual que trata do tema, entretanto, é o filósofo político e intelectual, professor emérito do Instituto de Estudos Avançados em Princeton, Nova Jérsei, Michael Walzer. Este consagrado pensador contemporâneo é autor de clássicos como *Esferas da Justiça*, de 1983, e *Guerras Justas e Injustas*, de 1977, e mais recentemente *Terrorismo Y Guerras Justas*, sem tradução ainda no Brasil. Essas duas últimas são consideradas as obras de referência na atualidade sobre este tema.

Em *Guerras Justas e Injustas*, que contém o cerne das idéias de Walzer, sendo imperativo lógico para se conhecer sua teoria e a aplicação ao terrorismo, Walzer apresenta na verdade um projeto teórico sobre a justiça e a moral na guerra, especialmente sobre os limites morais da guerra. Ou como diz Vanessa Andrade, em resenha sobre *Terrorismo Y Guerras Justas* (ANDRADE, 2010, p. 2), a teoria das guerras justas pressupõe que as guerras podem ser analisadas a luz da moral, podendo ser-lhe impostos limites éticos.

Walzer divide sua teoria em três pontos fundamentais (WALZER, 2003, p. 24):

1 – *ius ad bellum*: analisa a decisão de se entrar em guerra, ou seja, se há uma necessidade ou justificativa moral para a guerra;

2 – *ius in bellum*: que exprime a justiça do combatente, ou seja, as ações praticadas durante a guerra

3 – *ius post bellum*: que trata da justiça dos atos pós-guerra.

Para Walzer a guerra é julgada quanto a sua declaração, se justa ou não, e quanto ao modo em que é travada (WALZER, 2003, p. 34), fazendo-se a distinção do *ius in bellum* e do *ius ad bellum*, ou seja, a justiça da guerra e a justiça do guerrear. Alguns aspectos devem ser necessariamente observados, conforme o direito humanitário prega, que são o uso da força mínima, proporcionalidade no revide a agressão e a proteção aos não combatentes. Esta faceta do *ius ad bellum* é cada vez mais importante, haja vista as ações perante o Tribunal Penal Internacional, como no caso dos crimes de guerras praticados contra civis e etnias nos Balcãs.

Nessa ordem de idéias, para Walzer o terrorismo nunca pode ser justificado, pois estão presentes a aleatoriedade e inocência dos alvos dessas ações (ANDRADE, 2010, p. 3), e diante desses massacres e agressões terroristas a “Guerra ao Terror” se justifica, passa a ser justa.

Esta teoria da “Guerra Justa” desenvolvida por Walzer ainda compreende as intervenções humanitárias, que seriam exemplificadas como a atual ação da OTAN na Líbia⁷, que visa impedir o massacre de civis inocentes (WALZER, 2003, p. 171).

Ainda para Walzer os mesmo requisitos da “Gerra Justa” quanto ao *ius ad bellum* devem ser observados na “Guerra ao Terror” (WALZER, 2003, p. 5). E quanto ao terrorismo, define Walzer que a sua caracterização se dá pela aterrorização de uma população inteira, seja por movimentos radicais ou por governos estabelecidos, objetivando combalir o moral de uma nação ou classe e espalhar o medo métodos de assassinato aleatório de inocentes (WALZER, 2003, p. 171).

Conforme afirmado e demonstrado, os governantes e impérios sempre precisaram de uma justificativa moral, ética para a guerra. Isto

7 Conforme entrevista a Veja concedida em 1º de abril de 2011, constante em www.vejaonline.com.br.

porque a guerra implicará, sempre e sempre, terríveis perdas materiais e humanas, cujos efeitos no tempo e na história são incomensuráveis. Tal necessidade é a mesma com relação ao terrorismo, pois a partir do evento de 11 de setembro foi declarada uma guerra, cujos efeitos e conseqüências são impossíveis de se prever, salvo que a cada ato certamente teremos uma reação, levando a um banho de sangue de inocentes civis de lado a lado.

Fato é que com a decretação da “Guerra ao Terror”, feita pelo então presidente dos Estados Unidos da América do Norte, George W. Bush, nove dias depois dos atentados terroristas de 11 de setembro, em discurso ao Congresso Norte-Americano, o mundo, segundo muitos, mudou, mas não a necessidade de se justificar uma guerra, neste caso contra o terrorismo. E com a justificativa moral de auto-defesa, de defesa dos valores da liberdade e da democracia, defesa do mundo ocidental e seus valores contra os radicais muçulmanos, defesa do modelo liberal e assim por diante, os Estados Unidos da América e seus aliados mais próximos vem empreendendo inúmeras ações de combate ao terrorismo, incluindo a invasão a dois países, o Iraque e o Afeganistão (cujos regimes combatido tiveram sua implantação financiada pelos EUA), todas consideradas justas, e continuam, por outro lado sendo alvos de atentados terroristas.

Este discurso da “Guerra ao Terror” e sua justificativa moral tem o massivo apoio popular, haja vista as comemorações públicas pela morte de Bin Laden, sendo que a opinião pública, especialmente a norte-americana, apóia as intervenções militares no Oriente Médio, as quais custam bilhões de dólares e incontáveis vidas humanas.

Resta analisar esta justificativa moral e a política dela decorrente.

3. A VISÃO DE CHOMSKY E HOBSBAWM

Os renomados autores Noam Chomsky e Eric Hobsbawn tem um ponto de vista mais crítico acerca da denominada “Guerra ao Terror”.

O historiador Eric Hobsbawn, autor de clássicos como *A Era dos Extremos*, desenvolve o tema em sua obra *Globalização, Terrorismo e Democracia* (COMPANHIA DAS LETRAS, 2010). Para ele a globalização da “Guerra ao Terror” a partir de setembro de 2001 decretou a retomada de agressões

armadas estrangeiras por uma potência (EUA), sendo desprezados todos as regras e convenções internacionais até então aceitas como reguladoras de conflitos armados (HOBSBAWN, 2010, p. 134).

Analisando as repercussões de ataques terroristas ao regime de países estáveis da Ásia, bem como de países do ocidente, como Inglaterra e Espanha, conclui Hobsbawn que tais ações não são capazes de interromper a capacidade operacional de grandes cidades, salvo por algumas horas. Continuando em sua análise, o ataque de 11 de setembro não afetou o poder internacional e nem a estrutura interna dos Estados Unidos, embora tenha sido horripilante (HOBSBAWN, 2010, p. 134).

Para Hobsbawn, se ocorreram efeitos negativos posteriores em razão do ataque de 11 de setembro foi por culpa do próprio governo americano, e não devido a ação de terroristas. Ele ainda dá como exemplo de capacidade de resistência de um país estável a Índia, que é a maior democracia do mundo, em seu trato com a questão da Caxemira, embora isso já tenha custado a vida de dois chefes de governo nos últimos vinte anos (HOBSBAWN, 2010, p. 134)

Afirma Hobsbawn que esses grupos terroristas atuais são fracos, e que na verdade eles são sintomas, e não agente históricos significativos, situação que não se altera ante a atual circunstância de possibilidade de um pequeno grupo ou mesmo um indivíduo poder causar um imenso dano em razão das armas de destruição em massa (HOBSBAWN, 2010, p. 134).

Para este autor são necessárias importantes medidas policiais de natureza transnacional para combater o terrorismo de pequenos grupos (HOBSBAWN, 2010, p. 134).

Concluindo seu raciocínio acerca do terrorismo, Hobsbawn assevera ser compreensível que esses movimentos causem grande nervosismo entre pessoas comuns, especialmente nas metrópoles do ocidente, mas sobretudo quando os governos e a imprensa se encarregam de gerar um clima de terror visando alcançar seus próprios propósitos. Para ele a política atual dos EUA visa reviver os medos apocalípticos da época da Guerra Fria, porém hoje não mais é possível se imaginar a invenção de "inimigos" para legitimar a expansão e o emprego de poder global (HOBSBAWN, 2010, p. 134).

Finaliza este autor com a afirmação de que "*os perigos da "guerra contra o terror" não provêm dos homens bombas*"(HOBSBAWN, 2010, p. 134).

Numa linha ainda mais direta de crítica a chamada “Guerra ao Terror” e da própria política imperialista norte-americana, o líder do Departamento de Linguística e Filosofia do MIT – *Massachusetts Institute of Technology* – Noam Chomsky, foi protagonista de um documentário intitulado “*Poder e Terror: Noam Chomsky em Nossa Época*”, de 2002, dirigido por John Junkerman. Uma das frases mais famosas deste documentário é a seguinte: “*Todos se preocupam em deter o terrorismo. Bem, há uma maneira realmente simples: porem de participar dele*”.

As idéias básicas do pensamento de Noam Chomsky que inspiraram este documentário estão contidas no livro *Poder e Terror* (Editora Record, 2002). Trata-se esta obra de coletânea de palestras e entrevistas concedidas por Chomsky nas quais ele situa o ataque terrorista de 11 de setembro no contexto da política de intervenção e imperialismo norte-americano nas décadas pós-guerra, especialmente na América Central e Oriente Médio, sempre partindo da premissa de que a violência contra populações civis é terrorismo, seja ele praticado por grupos terroristas ou pela nação mais poderosa do mundo.

Ao comentar o papel dos Estados Unidos da América no mundo, Chomsky faz um apanhado histórico de várias ações norte-americanas ao longo dos últimos trinta anos. Inicia sua análise a partir da política de Ronald Reagan, que decretou o que seria a primeira “Guerra ao Terrorismo”, tendo o seu Secretário de Estado George Schultz afirmado que era preciso tratar com o terrorismo através da força e da violência, e não através de meios utópicos legalistas, que eram um sinal de fraqueza (CHOMSKY, 2002, p. 61). O terrorismo, então, e nesta visão, estava na América Central e Oriente Médio.

Segundo Chomsky essa ação contra o “terrorismo” na América Central, sob a retórica dos direitos humanos e visando colocar grupos no poder que atendessem interesses econômicos norte-americanos, deixaram milhares de mortos (mais de 200.000), refugiados, órfãos, além da prática de tortura e outras barbáries. Na Nicaraguá, único país onde o ataque dos Estados Unidos foi feito com tropas norte-americanas, e não com o financiamento de tropas do próprio país, esse ataque levou a uma reação junto ao Tribunal de Justiça Internacional, que condenou os Estados Unidos por terrorismo internacional, em razão do uso ilegal da força e violação de tratados e uma condenação pelo Conselho de Segurança

da ONU, vetada, obviamente, pelos Estados Unidos (CHOMSKY, 2002, p. 64). Assim, o país que lidera a "Guerra ao Terror" é o único do mundo condenado por terrorismo internacional.

Quanto ao Oriente Médio, segundo Chomsky, a pior atrocidade terrorista foi o ataque israelense ao Líbano ocorrido em 1982, que deixou mais de 20.000 mortos. Israel agiu com o apoio incondicional dos EUA, seja em armas, seja vetando resoluções do Conselho de Segurança da ONU. Para este autor este episódio se enquadra na definição clássica de terrorismo do próprio governo americano, que consiste na ameaça ou uso de violência para atingir fins políticos, religiosos, ou de outra natureza, através da intimidação, da indução ao medo, e assim por diante, voltado contra populações civis (CHOMSKY, 2002, p. 66).

Ao questionar quais foram os três piores atentados terroristas no Oriente Médio no ano considerado auge das ações terroristas, 1985, aponta Chomsky três fatos (CHOMSKY, 2002, p. 69):

1 - episódio do carro-bomba em Beirute, que matou 80 pessoas e feriu mais de 200, quase todas mulheres e meninas. O alvo era um xeque muçumano que escapou, sendo apontada a CIA e o Serviço Secreto Britânico como organizadores do atentado, o que eles não contestam;

2 - ataque aéreo israelense a Túnis, que matou cerca de 80 pessoas, a maioria civis, com a complacência norte-americana, sendo este ato condenado pelo Conselho de Segurança da ONU;

3 - Operação "Punho de Ferro", movida por Israel no sul do Líbano, não havendo sequer o exato número de vítimas e prisioneiros deste ataque.

Chomsky coloca que atos desta natureza não são descritos como terrorismo, mas como "antiterrorismo", ou como uma "Guerra Justa" (CHOMSKY, 2002, p. 78). Para ele quando alguém pratica o terrorismo contra os EUA e seus aliados estamos diante de terrorismo, mas quando os EUA ou seus aliados praticam tais atos contra outros trata-se de "antiterrorismo" ou "Guerra Justa". E o mesmo princípio sempre se aplicou em diferentes épocas marcadas pelo imperialismo, onde "antiterrorismo", "Guerra Justa", levar a civilização para os bárbaros, e outras coisas parecidas foram o mote para ações militares tipicamente terroristas serem praticadas em outros países, que não os EUA e seus aliados.

Ainda segundo Chomsky, tal lógica foi aplicada pelos piores assassinos da história, a exemplo dos nazistas, que usaram a mesma técnica (CHOMSKY, 2002, p. 79). A propaganda nazista justificou a ocupação de países da Europa pela defesa da população da Alemanha contra a “ameaça terrorista” dos *partisans* dirigidos a partir desses países. E admite o autor tal lógica, pois ocorreram atos terroristas praticados por membros da resistência dirigidos por Londres. No mesmo sentido o apoio japonês ao governo da nacionalista da Manchúria contra os bandidos chineses.

Outros exemplos de atos tipicamente terroristas, dentro da conceitualização adotada, apoiados e incentivados pelos norte-americanos são citados por Chomsky, como o apoio ao massacre da minoria curda na Turquia, nos anos 1990, pelo interesse estratégico da aliança com este país (CHOMSKY, p. 81), atrocidades praticadas pelo exército colombiano em nome da “guerra as drogas” (CHOMSKY, 2002, p. 86), além dos casos do embargo a Cuba, que persiste mesmo após a derrocada do comunismo em 1989 e da condescendência com criminosos de guerra do Haiti (CHOMSKY, 2002, p. 93-95).

Ressalte-se ainda o que Chomsky aponta como a “privatização do terrorismo”, que consiste na entrega a paramilitares a prática do terrorismo, como ocorre na Colômbia, como ocorreu na Bósnia e no Timor Leste (CHOMSKY, p. 88), motivo pelo qual existem, por exemplo, na Colômbia, um grande número de militares norte-americanos trabalhando em empresas privadas.

Prosseguindo nesta análise, em artigo publicado na Revista História Agora, Fábio Bacila Sahd apresenta interessante conclusão sobre a retórica da “Guerra ao Terror”, com base nas idéias do cientista político Benjamin Barber (SAHD, 2010). Barber revisita Alexis de Tocqueville, que define a imagem que os norte-americanos tem de si mesmos de magnificência de suas ações em todos os instantes, independentemente de suas conseqüências. Os mitos então da autonomia, inocência, virtude e democracia são renovados e explorados para autorizar e legitimar a guerra, levando democracia e bem-estar a todos os povos da terra.

Para Barber, na citação de Fábio Bacila, tais motivos idealistas sempre justificaram guerras travadas pelos Estados Unidos que não podiam ser justificadas pela auto-defesa, exemplificando com Cuba, Haiti, Filipinas e outros tantos episódios de invasões ou intervenções norte-americanas (SAHD, 2010, p. 3).

Admitindo-se essas concepções essencialmente críticas, que desvelam o interesse econômico e estratégico imperialista como reais fundamentos para mover guerras, intervenções militares, invasões, apoiar massacres, tolerar assassinio de civis, apoiar ditaduras que cedam aos interesses das potências, e assim por diante, surgem dois questionamentos lógicos. O primeiro é se existe alguma justificativa de cunho moral para a "Guerra ao Terror". E o segundo é se aceitarmos, nesse quadro, a existência de uma justificativa moral, se os sentimentos que moveram Bin Laden e seus seguidores, ao proclamarem o ódio ao modo de vida ocidental (dos EUA), ódio aos anos de intervenção imperialista ocidental e seu apoio a governos corruptos e repressores, também não se justifica.

Essa idéia, se levada as últimas conseqüências, é perturbadora, pois estaríamos admitindo uma pseudo-moral ou pseudo-ética que autorizaria, em última análise, as ações de ambos os lados.

Evidentemente que tal raciocínio não pode ser levado a tais conseqüências, e seu maior problema consiste justamente em tentar se encontrar um amparo moral e ético para justificar tais ações.

Mesmo nos Estados Unidos existe uma divisão de idéias muito claras. Fábio Bacila, analisando Benjamin Barbe, apresenta essas duas correntes como a das Águias e das Corujas. A corrente das Águias, cujo nome se inspira em um dos símbolos americanos, entende que o recurso da cooperação entre nações e respeito as leis internacionais só vale se não interferir nas decisões unilaterais norte-americanas, calcadas na guerra preventiva e imposição de uma *pax americana*. Já as corujas, cujo nome se inspira em tradicional símbolo da sabedoria, parte do pressuposto do respeito as leis internacionais, a uma cooperação internacional e a guerra somente quando autorizada pelos mecanismos da autoridade legal comum (SAHD, 2010, p. 9).

Esta claro que a estratégia das águias é amplamente dominante, e mesmo no atual governo de Barack Obama não parece que sofrerá alterações substanciais, haja vista a operação que culminou com a morte de Bin Laden.

4. A JUSTIFICATIVA DE MAQUIAVEL

Poucos termos são tão conhecidos e com o mesmo significado em culturas totalmente diversas como os termos "maquiavélico" e "maquiavelis-

mo”. Seja nos meios acadêmicos e eruditos ou mesmo entre populares, tais termos já estão incorporados a cultura ocidental como sinônimos de astúcia, ardil, perfídia, de um procedimento traiçoeiro.

A origem de tais termos remonta há mais de quatro séculos, quando nasce em 03 de maio de 1469, na cidade de Florença, Nicolau Maquiavel, que viria ser tornar um dos escritores mais conhecidos de seu tempo em razão de sua clássica obra: “O Príncipe”. Por esta obra Maquiavel recebeu a fama que tem até hoje em dia, sendo que na Inglaterra o seu nome tornou mais popular o diminutivo “Nick” para nomear o próprio diabo (ARQNET, 2011).

Coincide a vida de Maquiavel com o período histórico em que Florença teve seu esplendor cultural e também um rápido declínio, sendo este período permeado por rivalidades entre as cidades-estado italianas e também com a Igreja. Sua carreira no governo e como diplomata foi curta e com a queda da república florentina em 1512 foi preso, torturado e banido.

Quando Maquiavel tentava retornar a vida pública ele escreve suas principais obras, dentre as quais, “O Príncipe”, com a qual tenta, essencialmente, conseguir uma nomeação no novo governo dos Médicis.

A leitura, mesmo que despreziosa, de “O Príncipe”, demonstra de forma inevitável sua principal característica: o completo desvinculamento da política para com a ética ou moral. Ele nos apresenta um verdadeiro manual para um governante (o príncipe) com base exclusivamente na realidade dos fatos e nos exemplos históricos, que comprovam, segundo ele mesmo, a verdade de suas assertivas.

Percebe-se com uma nitidez cristalina que Maquiavel procura orientar as ações do príncipe de uma maneira utilitária, pragmática, o que torna, em sua visão, incompatível com qualquer análise da política pelo campo da moral e da ética. Vale o resultado das ações sendo desnecessária qualquer justificação filosófica.

Divide-se a obra “O Príncipe” em 26 capítulos, sendo que os 11 primeiros dedicam-se a apresentar os diversos tipos de principados. A partir daí Maquiavel analisa os obstáculos e maneira de vencê-los nos capítulos 12, 13 e 14. Nos capítulos 15 a 18 ele faz uma análise das virtudes necessárias ao

príncipe para nos capítulos 19 a 25 demonstrar como o príncipe deve aplicar seus conselhos. Finalmente em seu capítulo 26 ele lança mensagem patriótica e um apelo ao príncipe Lourenço de Médici.

Interessa particularmente a este trabalho algumas passagens de Maquiavel que dizem respeito a guerra e alguns temas correlatos, as quais são abaixo apresentadas e analisadas no contexto da chamada "Guerra ao Terror" e suas justificativas⁸:

1 – “Os principais fundamentos que os estados tem, tanto os novos como os antigos, são as boas leis e as boas armas. E, como não podem haver boas leis onde não existam boas armas e onde existam boas armas convém que haja boas leis, deixarei de falar das leis e me reportarei apenas as armas (Cap. XII)”.

Nesta passagem Maquiavel deixa claro que para se manter um principado este deve ter boas leis e boas armas. Porém, as boas armas são mais essenciais que as boas leis. Assim, mais vale um bom exército do que boas leis.

Atualmente as forças armadas norte-americanas contam, em caráter oficial, com cerca 1.500.000 militares na ativa, contando com um efetivo de reserva de cerca de 1.000.000 de homens, perdendo somente para o quantitativo das forças armadas da República Popular da China⁹. Seu orçamento em 2010 ultrapassou 600 bilhões de dólares.

Este enorme efetivo militar é o utilizado nas inúmeras guerras e intervenções envolvendo, de uma maneira ou de outra, os EUA. E quanto as boas leis, estas existem aos montes, especialmente regulando as relações internacionais, mas não fazem frente a tal poderio militar, conforme os exemplos apresentados por Noam Chomsky acima.

2 – “Deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo que, nem outro pensamento, nem tomar qualquer outra coisa por fazer, senão a guerra e sua organização e disciplina, pois que é essa a única guerra que compete a quem comanda. E é ela de tanta virtude que não só mantém aqueles que nasceram príncipes, como também muitas vezes faz os homens de condição privada subirem àquele posto; ao contrário, vê-se que, quando os príncipes pensam mais nas delicadezas do que nas armas, perdem o seu estado (Cap. XV)”.

8 Todas retiradas da versão digital da obra "O Príncipe" constante no site www.mundocultural.com.br.

9 Fonte: <http://siadapp.dmdc.osd.mil/personnel/MILITARY/history/hst1009.pdf&csug=ALkJrhj-1qoMT25nmtckiTha1kfnkvzOjA>.

Aqui Maquiavel demonstra cabalmente qual a importância que ele confere a guerra numa peculiar maneira de ver o mundo. Segundo seu pensamento trata-se até mesmo de uma virtude, a qual, se não for dominada pelo príncipe pode levá-lo a perder seu próprio estado.

Se pegarmos o exemplo dos Estados Unidos da América, país que declarou e encabeça a “Guerra ao Terror”, somente nos últimos cem anos, veremos que este mandamento foi mais que obedecido, foi levado as últimas consequências. Os EUA se envolveram na duas grandes guerras mundiais, tendo papel crucial nas duas. Estiveram presentes em conflitos em praticamente todos os recantos do nosso planeta, a exemplo da guerra do Vietnã, da invasão do Haiti e Panamá, o confronto pelo Canal de Suez, nos Balcãs, e mais recentemente no Iraque e Afeganistão.

Provavelmente se Maquiavel estivesse ainda vivo teria que rever seu conceito de guerra, adequando-o a conceitos como a “Guerra Fria”, “Guerra as Drogas” e finalmente a “Guerra ao Terror”, todas criadas pelos norte-americanos, as quais, por mais abstratas que pareçam custaram milhares de vidas humanas¹⁰ e quantias astronômicas¹¹ durante suas campanhas.

3 – “Donde é necessário, a um príncipe que queira se manter, aprender a poder não ser bom, e usar ou não da bondade, segundo a necessidade. Após descrever qualidades e vícios continua(...) seria sumariamente louvável, encontrarem-se num príncipe, de todos os atributos acima referidos, apenas aqueles considerados bons; mas, desde que não os podem possuir ou inteiramente observá-los em razão das contingências humanas não os permitirem, é necessário seja o príncipe tão prudente que saiba fugir a infâmia daqueles vícios que o fariam perder o poder, cuidando evitar até mesmo aqueles que não chegariam a por em risco o seu posto; mas, não podendo evitar, é possível tolerá-los, se bem que com quebra do respeito devido. Ainda; não evite o príncipe de incorrer na má faina daqueles vícios que, sem eles, difícil se lhe torne salvar o estado (Cap. XV)”:

10 Na Guerra do Iraque foram mortos 4.415 soldados americanos, 9.537 soldados iraquianos e cerca de 110.000 civis. Fonte: <http://blogs.estadao.com.br/marcos-guterman/o-iraque-pos-eua-um-balanco-devastador/>

11 Somente na intervenção no Iraque estima-se um gasto de 2,5 trilhões de dólares. Fonte: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2006/01/10/ult729u53456.htm>

Este parece ser o cerne do pensamento de Maquiavel, onde ele demonstra que o ideal seria realmente a um príncipe ter os atributos e virtudes que o colocariam como virtuoso e bom num exame moral e ético, porém ele admite inteiramente a corrupção moral e ética do príncipe, chegando mesmo a incitá-la em caso de ser necessário salvar o estado.

A história das guerras é pródiga em farças, engodos, mentiras e ardis, crueldade e falta de compaixão, enfim, de atos moral e eticamente corrompidos, sob as mais diversas bandeiras de uma ação permeada pela "justiça". Um dos grandes e recentes exemplos foi a invasão do Iraque, no esteio da declaração de "Guerra ao Terror", levada a cabo em 2003 pelos EUA e seus aliados. Naquele ano o governo de George W. Bush, ao argumento de que Saddam Hussein estava produzindo armas de destruição em massa com o fito de entregá-las a terroristas para serem usadas contra os EUA, determinou a invasão do Iraque, mesmo com a negativa de autorização para tanto pelo Conselho de Segurança da ONU¹². Mais tarde o próprio governo norte-americano reconheceria o "erro" da CIA, a Agência de Inteligência dos EUA, em ter afirmado sobre a existência de armas de destruição em massa no Iraque. Tudo ao custo de milhares de vidas humanas.

Chega a ser desnecessário mencionar que Saddam Hussein fora outrora amplamente apoiado pelos EUA, inclusive no famoso massacre contra a minoria curda ocorrido em 1988 na aldeia de Halabja, no final da Guerra Irã x Iraque.

4 – "Existem dois modos de combater, um com as leis o outro com a força. O primeiro é próprio do homem, o segundo, dos animais; mas, como o primeiro modo normalmente não é suficiente, convém recorrer ao segundo (Cap. XVIII)":

Maquiavel confere mais uma vez extrema ênfase na questão da guerra, como sendo uma verdadeira e legítima resolução alternativa as leis, caso essas não atendam os propósitos do príncipe.

Conforme visto, se as leis, a ONU, seu Conselho de Segurança ou qualquer tratado ou acordo internacional não estiverem de acordo com os interesses de uma superpotência ela partirá para a resolução da questão ao estilo que segundo Maquiavel é próprio dos animais.

12 Fonte: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/atualidade/2003/04/15/001.htm>

5 – *“A um príncipe, portanto, não é necessário possuir todas as qualidades acima mencionadas, mas é bem necessário parecer possuí-las. (...) por exemplo: parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, (...). Deve-se compreender que um príncipe, particularmente um príncipe novo, não pode praticar todas aquelas coisas pelas quais os homens são considerados bons, uma vez que, frequentemente, é obrigado, para manter o estado, a agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade e contra a religião (Cap. XVIII)”*

Nesta passagem, extraída de capítulo que trata sobre a manutenção ou não da fé a palavra dada, Maquiavel coloca um ponto crucial de sua visão de mundo, que é a aparência de agir de acordo com virtudes e valores morais e éticos, e ao mesmo tempo ele afirma a necessidade de transigir e agir contra esses valores para a manutenção do estado.

Quando os EUA lançaram a “Guerra ao Terror”, seus governantes e políticos utilizaram um discurso com amplo apelo emocional a população norte-americana, calcada, conforme visto, nos seus valores liberais, em suas virtudes, na contenção da ameaça ao *american way of life*, nos valores do individualismo e da liberdade, da democracia e do Estado de Direito, único modelo plausível para qualquer nação do mundo, sob pena de se considerada uma ameaça para a paz e a esperança mundial.

Sob a bandeira deste discurso, que une democratas e republicanos, brancos e afro-descendentes, radicais e liberais, os EUA já invadiram o Iraque e Afeganistão, mantém política que aumenta a pressão no Oriente Médio, prejudicando o processo de paz na Palestina, exercem pressão sobre governos, a exemplo da pressão sobre o governo brasileiro no reconhecimento do terrorismo na tríplice fronteira, e assim por diante.

É de se questionar se os mais de 100 mil civis mortos no Iraque e os mais de 6.000 civis mortos no Afeganistão, além de se considerar que um em cada quatro refugiados no mundo é afegão¹³, se tais ações não são contra a humanidade.

6 – *“Nas ações de todos os homens, em especial dos príncipes, onde não existe tribunal a que recorrer, o que importa é o sucesso*

13 Fonte: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/07/raio-x-da-guerra-afeganistao.html>

das mesmas. Procure, pois, um príncipe vencer e manter o estado: os meios serão sempre julgados honrosos e por todos louvados, porque o vulgo sempre se deixa levar pelas aparências e pelos resultados, e no mundo não existe senão o vulgo; os poucos não podem existir quando os muitos tem onde se apoiar (Cap. XVIII)".

Aqui esta presente o famoso brocardo "os fins justificam os meios", sendo que a grande massa sempre irá apoiar esses meios, independentemente de quais forem, se o resultado for positivo para o Estado. E aqueles que tem um senso crítico e moral simplesmente não se farão notar, uma vez que a massa esta apoiada e apóia o príncipe.

Vale citar como exemplo o mais recente ato da "Guerra ao Terror", que foi a operação que culminou com a morte de Osama Bin Laden. A dinâmica desta operação se deu com a entrada de tropas de forças de elite dos fuzileiros navais norte-americanos em território paquistanês, culminando com uma ação tática na casa onde o terrorista estava escondido. Todo o material que estava no local foi recolhido e levado para análise de inteligência que possam subsidiar novas e futuras ações das forças norte-americanas.

Após tal operação o presidente dos EUA proferiu pronunciamento a nação, comunicando os fatos, afirmando que a justiça foi feita. Imediatamente se iniciou ampla comemoração nas ruas de grandes cidades e locais famosos nos EUA, como o *Times Square*. As reações no mundo foram em geral de apoio, especialmente dos aliados dos norte-americanos.

Com a disseminação da notícia deste evento, apesar do amplo apoio popular de líderes mundiais e da própria ONU, vários questionamentos começaram a ser feitos, desde a invasão de espaço aéreo e território de um país soberano, a eliminação do terrorista ao invés de sua prisão e julgamento, além da própria eficácia deste ato na questão do terrorismo como um todo. Vale questionar: o terrorismo vai acabar ou pelo menos foi severamente atingido com este ato? A questão do Oriente Médio melhora com esta ação? O ódio nutrido por radicais islâmicos contra os EUA diminui?

Na verdade a proclamada "justiça" que, segundo o governo norte-americano foi feita, deve complicar ainda mais a intrincada questão do terrorismo, mas este fim almejado e neste caso alcançado pela política da "Guerra ao Terror" se justifica por si só, independentemente dos meios que foram

utilizados nesta ação, uma vez que estes meios jamais resistiriam a qualquer análise frente a regras de direito internacional.

Inúmeras outras passagens poderiam ser retiradas desta magnífica obra de Maquiavel. Porém, para o propósito deste trabalho bastam essas passagens acima transcritas e brevemente comentadas.

5. CONCLUSÕES

Ao se analisar o que é considerado terrorismo e o conceito de “Guerras Justas” se conclui inevitavelmente que, e sempre na ótica desta conceituação empregada, os Estados Unidos da América praticam atos que poderiam ser considerados terroristas, e sua “Guerra ao Terror” não encontra justificativas plausíveis, sob pena de ao menos serem considerados os argumentos utilizados pelos próprios terroristas para justificar suas ações.

Por trás de inúmeras ações e intervenções militares estão interesses diversos, desde estratégia geográfica, até realizar uma “Guerra Preventiva”, de cunho utilitarista, baseada na suposição das intenções malévola de outro país, ideologia, ou cultura (WALZER, 2003, p. 129-130). E mesmo que em determinados países ou culturas seja o berço histórico de determinados grupos radicais terroristas, isto não autoriza identificar a todos que pertencem a este país ou cultura com os radicais terroristas.

A história sempre fornece exemplos que acabam se repetindo, fundamentalmente no resultado de determinados atos. Veja o exemplo da “Guerra as Drogas”, que desde sua versão original nos anos 1970 até o presente não logrou acabar com o problema do consumo de drogas nos EUA, da força dos narcotraficantes na América do Sul, e muito embora os resultados na diminuição da área de produção de cocaína e da força dos cartéis na Colômbia tenham sido consideráveis, acabou permitindo a criação de um narco-estado ainda mais próximo e ameaçador aos EUA, no México, onde a situação esta completamente fora de controle. E os resultados mundiais praticamente só pioram ano após ano.

Por outro lado, os atos que se seguem a decretação de uma “Guerra ao Terror” nos moldes propostos implicam um preço elevadíssimo e inestimável em vidas humanas de civis inocentes, a vinculação generalizada entre os árabes, o Islã e o terror, e a justificativa para uma

imensa gama de violações de direitos e garantias fundamentais, inclusive para concidadãos.

Tal estado de medo é gravíssimo e pode significar em curto prazo de tempo um revés no processo de evolução dos modernos Estados Democráticos de Direito, e justamente num momento histórico ímpar, onde a juventude, estudantes, trabalhadores e mulheres de países árabes fazem movimentos fortíssimos no sentido da democracia e liberdade legítimas¹⁴, sempre contra autocracias que tem algo em comum, que é o fato de terem sido constituídas ou apoiadas pelos EUA e seus aliados.

Levado tal discurso as últimas conseqüências a questão do terrorismo pode levar a disparates em países de tradição de paz e neutralidade como o Brasil. Basta ver que após os ataques do Primeiro Comando da Capital ocorridos em maio de 2006, no Estado de São Paulo, que levaram oficialmente a morte de 128 pessoas¹⁵, vários intelectuais, autoridades e juristas proclamaram que se tratava de terrorismo. Se levado a sério tal classificação desses atos, então "Marcola", alcunha de Marcos Antônio Camacho, assaltante de banco líder do PCC, seria o nosso Bin Laden? O nosso Congresso Nacional autorizaria algo similar ao Ato Patriota dos EUA, e a partir de então estariam nossas forças policiais autorizadas a uma série de medidas violadoras de direitos e garantias individuais sem autorização judicial e controle externo, bastando ligar um determinado ato ao PCC?

Voltando a operação que culminou com a morte de Bin Laden, não é mais possível que no atual estágio da humanidade e dos governos e Estados e suas relações internacionais sejam admitidas ações unilaterais dessa natureza. Isto porque se encontrarmos justificativas plausíveis para tal ato estaríamos autorizando o seguinte: se um determinado "alvo" da "Guerra ao Terror" viesse a estar escondido no Brasil, por exemplo, na cidade do Rio de Janeiro, os *SEALS* da marinha norte-americana poderiam invadir nosso espaço aéreo, nosso território e eliminar esse alvo. Ou seja, todo o árduo histórico construído lenta e gradativamente ao longo do último século em relações internacionais e direitos internacionais simplesmente de nada vale.

14 Haja vista as revoltas e manifestações populares no Egito, Líbia, Yemên, Síria e Cisjordânia.

15 Vide interessante artigo a respeito em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2006/saopaulosobataque/>.

O terrorismo é algo abominável e tem que ser combatido, mas com medidas policiais e dentro da lei, e só em situações excepcionalíssimas com medidas militares, mas ainda aí, dentro das leis internacionais. Este sem dúvida é um caminho mais difícil, mas é o único para um mundo que se pretende cada vez mais civilizado.

Por outro lado, não parece ser a melhor estratégia se resolver algo tão complexo, que envolve questões religiosas, históricas, culturais e ideológicas de maneira tão simples e pueril, através de tiros, mísseis e guerras. Bin Laden certamente estava no Paquistão por encontrar apoio para tanto naquele país. Convém se perguntar por que ele tinha tal apoio, o que move o ódio dos radicais islâmicos contra os EUA e sua cultura, o que seria um ótimo ponto de partida para começar a realmente se enfrentar a questão do terrorismo. Pois se Bin Laden não tivesse espaço para encontrar esse apoio ele não teria onde se esconder, ao menos não por mais de dez anos, e quando fosse encontrado em qualquer país, mesmo no Paquistão, teria sido preso por forças daquele país, ou ao menos a operação teria sido em conjunto, e caso resultasse morte, seria uma decorrência de uma operação lícita frente a mecanismos de direito e relações internacionais.

Enquanto se mantiver a retórica da “Guerra ao Terror” nos moldes atuais fica realmente difícil encontrar justificativas morais convincentes por um motivo simples: os fatos que ensejam esta retórica são viciados, e onde há vício não existe a possibilidade de coexistir a moral e a ética.

Assim, não há como achar outra justificativa para a “Guerra ao Terror” senão com Maquiavel. E o problema de se justificar com Maquiavel é que os atos por eles justificados são, como reza a tradição MAQUIAVÉLICOS.

DISNEY ROSSETI

DISNEY ROSSETI

MESTRANDO EM DIREITO E POLÍTICAS PÚBLICAS PELO UNICEUB;
DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL; DIRETOR DA ACADEMIA NACIONAL DE POLÍCIA

E-MAIL: ROSSETI.DR@DPF.GOV.BR

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, S. **A cidade de Deus**. 1ª Edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

ANDRADE, Vanessa F. **A Guerra Contra o Terrorismo: Uma Guerra Justa?** 2010. Disponível em <http://www.ibccrim.org.br/site/>

- revistaLiberdades/_pdf/05/resenha.pdf. Acesso em 03.05.11.
- AQUINO, Santo T. **Suma Teológica**. II, II, q. 40, a.1, ad 1, 3, 1998.
- ARQNET - O Portal da História. **Maquiavel e o Pensamento Político**. Disponível em <http://www.arqnet.pt/portal/teoria/maquiavel.thml>. Acesso em 10.05.11.
- CHOMSKY, Noam. **Poder e Terrorismo**. 1ª Edição, Rio de Janeiro/São Paulo, Record, 2002.
- HOBSBAWN, Eric. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. 1ª Edição, São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- ONU. Carta das Nações Unidas e Estatuto da Corte Internacional de Justiça. Disponível em http://unicrio.org.br/img/CartadaONU_VersoInternet.pdf. Acesso em 09/05/2011.
- SAHD, Fábio B. **Osama Bin Laden e a doutrina Bush: Na Contra-mão da História**. 2010. Disponível em <http://www.historiagora.com/revistas-antiores/historia-agora-no9/43-artigos>. Acesso em 08.05.11.
- SEBASTIANI, Breno B. **Guerra Justa e Imperialismo na República Romana**, 2003 Disponível em http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S0034-83092003000100002&script=sci_arttext. Acesso em 07.05.11.
- WALZER, Michael. **Guerras Justas e Injustas**. 1ª Edição, São Paulo, Martins Fontes, 2003.

